

EDUCAÇÃO

V.10 • N.3 • Publicação Contínua - 2021

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2021v10n3p475-495



EDUCAÇÃO REMOTA: ENTRE A ILUSÃO E A REALIDADE

REMOTE EDUCATION: BETWEEN ILLUSION AND REALITY

EDUCACIÓN A DISTANCIA: ENTRE LA ILUSIÓN Y LA REALIDAD

Lynn Alves¹

RESUMO

O referido artigo se propõe a discutir o contexto educacional atual, que devido a pandemia do Coronavírus, afetou distintos setores da sociedade, inclusive a educação. No artigo são discutidos conceitos como Educação a distância e educação remota no cenário público, mas destacando as experiências e práticas pedagógicas que vêm sendo realizadas em Salvador, na rede privada de ensino para educação básica.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Remota. Educação a Distância. Pandemia.

ABSTRACT

This article aims to discuss the current educational context, which, due to the Coronavirus pandemic, affected different sectors of society, including education. The article discusses concepts such as Distance Education and Remote Education in the public scenario, but highlighting the experiences and pedagogical practices that have been carried out in Salvador, in the private teaching network for basic education.

KEYWORDS

Remote Education. Distance Education. Pandemic.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir el contexto educativo actual, que por la pandemia del Coronavirus afectó a diferentes sectores de la sociedad, incluida la educación. El artículo discute conceptos como Educación a Distancia y Educación Remota en el escenario público, pero destacando las experiencias y prácticas pedagógicas que se han llevado a cabo en Salvador, en la red de enseñanza privada para la educación básica.

PALABRAS CLAVE

Educación a distancia, Educación a distancia, Pandemia.

1 INTRODUÇÃO

A mediação das tecnologias, especialmente as digitais, no processo de ensino aprendizagem da educação, destacando a educação básica, sempre se constituiu em um grande desafio a ser vencido. Desafio porque o cenário escolar apresenta dificuldades como: o acesso e interação a esses artefatos culturais e tecnológicos por parte dos estudantes e as vezes, até dos professores; infraestrutura das escolas que não fornece o mínimo necessário para realizar atividades que necessitam das plataformas digitais, inclusive sem conexão com a internet; formação precária dos professores para pensarem e planejarem suas práticas com essa mediação, evidenciando muitas vezes uma perspectiva instrumental da relação com a tecnologias (PRETTO, 1996; ALVES, 2016).

Tal contexto vem marcando a história da educação nos seus distintos níveis de ensino (fundamental, médio e superior) há mais de 20 anos e estão sendo acirradas quando a pandemia se instaurou no mundo, exigindo dinâmicas diferenciadas para viver e sobreviver frente ao Coronavírus que impôs sua presença contaminando e matando pessoas no mundo todo por meio da COVID-19.

No dia 18 de maio de 2020, o Ministério de Saúde divulgou que no Brasil já morreram 16.792 vítimas da doença COVID-19 e existem 254.200 casos confirmados de pessoas infectadas.

Figura 1 – Dados de casos no Brasil

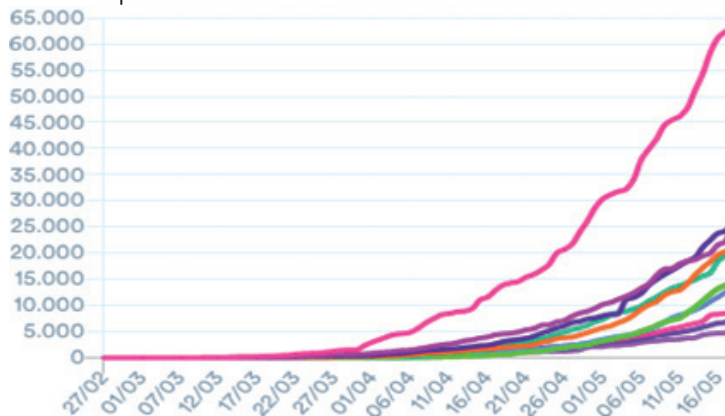


Fonte: <https://covid.saude.gov.br/>

Os dados relativos aos estados brasileiros, indicam que São Paulo se constitui no epicentro da pandemia no país e até 16 de maio já apresentou 63.066 casos de pessoas infectadas, sendo seguido por Rio de Janeiro - 26.665, Ceará - 26.363, Amazonas - 20.913, Pernambuco 20.094, Maranhão - 13.238, Pará - 14.734 e Bahia - 8.581. A Bahia tem se destacado por ações sintonizadas entre o governador

e o prefeito para controle da pandemia no estado, tendo até o momento 100 mortes pela COVID-19 (BRASIL..., 2020), estando em 18º em relação a taxa de letalidade do Coronavírus no Brasil².

Figura 2 – Dados de casos por estados



Fonte: <https://covid.saude.gov.br/>

A pandemia afeta a saúde pública de forma agressiva, tirando a vida não apenas dos idosos, considerados inicialmente como o principal grupo de risco, mas crianças, jovens e adultos também têm sido afetados pela doença. As medidas de isolamento e distanciamento social adotadas por todos os países, por meio de confinamento com regras nem sempre rígidas, para manter a população em casa, tencionam a economia dos países, refletindo na paralisação de distintos serviços e atividades, dentre eles o processo de ensino-aprendizagem na educação escolar/acadêmica. As medidas no Brasil até 29/04/2020 não foram consideradas como *lockdown*, mas cidades como São Paulo (RAHAL, 2020), Rio de Janeiro (LUCCHESI, 2020) e Salvador (CORONAVÍRUS..., 2020), por exemplo que tiveram um aumento do número de casos e o registro de pessoas nas ruas sem seguir as orientações de isolamento, vem originando medidas mais rígidas de confinamento.

Todas as documentações legais produzidas referentes ao combate a pandemia da Covid-19, foram sistematizadas em um documento denominado *Vade Mecum* que será sempre atualizado frente a emissão de novas legislações. A fonte primária utilizada foram as informações publicadas no Diário Oficial da União (DOU), desde janeiro de 2020.

O efeito da COVID-19 nos sistemas escolares do mundo todo resultou em medidas que vão desde as suspensões das aulas sem interação por plataformas virtuais, como o caso de Auckland (na Nova Zelândia) até a realização das ditas aulas remotas. O país de Nova Zelândia apresentou uma ação efetiva para controle do Coronavírus, diminuindo a contaminação e permitindo o acom-

² Bahia é o 18º estado em taxa de letalidade devido ao novo coronavírus do Brasil. Publicado em 29 de abril de 2020. Disponível na URL: <https://www.metro1.com.br/noticias/bahia/91260,bahia-e-o-180-estado-em-taxa-de-letalidade-devido-ao-novo-coronavirus-do-brasil>. Acesso em: 30 abr. 2020.

panhamento sistemático e efetivo de novos casos³, viabilizando o retorno parcial das atividades escolares em maio (WATSON, 2020).

A Unesco divulgou em 26 de março de 2020, que mais de 1.5 bilhões de crianças, adolescentes e universitários de 165 países estavam sem aulas (PRESSE, 2020). No que se refere a América Latina e o Caribe, a Unicef divulgou no dia 23 de março de 2020 que 154 milhões estavam sem aulas. A Unesco registra nesse período que dos 195 países, 128 ainda não tem planos de abertura das escolas.

Na Bahia as aulas foram suspensas a partir de 17 de março de 2020, tanto na rede pública como privada. A rede privada na Bahia e no Brasil optou por realizar atividades a distância, enquanto a rede pública na educação básica e universitária estão sem aula, a princípio, até o dia 16 de junho, conforme Portaria nº 473, de 12 de maio de 2020, quando mais uma vez será reavaliada se o distanciamento social continua ou as atividades presenciais retornam.

É importante destacar que em países, como Nova Zelândia, Canadá, Portugal, entre outros, a escola pública ocupa um lugar diferenciado em relação ao Brasil, isto é, nestes países, as pessoas preferem o ensino público e gratuito.

No Brasil a educação pública vem sendo desprestigiada nos últimos cinquenta anos, favorecendo uma educação privada, inclusive em bairros periféricos nos quais, os pais pagam com sacrifício e dificuldades os valores estabelecidos por estas escolas de bairro, na esperança de proporcionar aos filhos uma educação com melhor qualidade que a escola pública. Contudo, é importante destacar que estas escolas também apresentam limitações quanto a infraestrutura e formação docente.

Em contraponto, as escolas privadas brasileiras, consideradas pela comunidade de pais e especialistas como as melhores, apresentam uma infraestrutura que atende aos interesses dos pais, por preços normalmente altos, mas não existe uma garantia da qualidade de ensino, de que os professores sejam mais qualificados dos que os da rede pública, até por que o investimento da rede privada na formação docente, com raras exceções, é bem menor em relação as ações realizadas pelas secretarias municipais e estaduais.

É nesse contexto que vem emergindo uma configuração do processo de ensino-aprendizagem denominada Educação Remota, isto é, práticas pedagógicas mediadas por plataformas digitais, como aplicativos com os conteúdos, tarefas, notificações e/ou plataformas síncronas e assíncronas como o *Teams* (Microsoft), *Google Class*, *Google Met*, *Zoom* (GOMES, 2020), essas últimas entrando em uma competição acirrada para ver quem consegue pegar a maior fatia do mercado.

Tal perspectiva vem sendo delineada, especialmente na rede privada brasileira da Educação básica e Superior, que por apresentarem uma perspectiva mercantilista da educação, vende um serviço no qual pais e estudantes são compreendidos como clientes, validados por um contrato, sintonizados com a lógica do capital e o modelo neoliberal que norteia os países ditos democráticos (XIMENES; CÁSSIO, 2020; SANTOS, 2020). Estes pais pagam pela educação recebida nas escolas/faculdades que escolheram para seus filhos e muitas vezes cobram pela continuidade das atividades apesar do contexto em que estamos inseridos.

3 Conforme a Reportagem no programa Fantástico, exibido no dia 3 de maio de 2020, com o título Coronavírus Nova Zelândia vira exemplo para o mundo, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qK_3NqLObwM&feature=youtu.be.

Ressaltamos que os pais dos alunos da rede pública, também pagam pela educação dos seus filhos por meio dos altos impostos que oneram os brasileiros, com pouca visibilidade do seu retorno, são principalmente assalariados e recebem pelo menos um salário-mínimo. Contudo, a educação pública não é compreendida pelos pesquisadores e professores como um negócio e nem pais e alunos são clientes.

Em contraponto, a lógica que vem se impondo por meio do atual governo brasileiro, aponta uma mudança dessa perspectiva por políticas que vêm sendo adotadas ao longo dos últimos anos, com a premissa de Estado Mínimo (SANTOS, 2020), acirrando-se a partir de 2019, quando o governo brasileiro, anunciou em distintos momentos o interesse em estender a Educação a Distância também para educação básica, descaracterizando e desprestigiando os professores do sistema de ensino público.

Para Santos (2020, p. 6) quando “a crise se torna permanente, transforma-se em causa que explica todo o resto. Por exemplo, a crise financeira permanente é utilizada para explicar os cortes nas políticas sociais (saúde, educação, previdência social) ou degradação dos salários”. Para o autor, a crise que estamos vivendo por conta do Coronavírus veio agravar o que temos vivido nos últimos quarenta anos.

Com o distanciamento social, as atividades de toda a rede de ensino foram suspensas, pressionando a rede privada a buscar alternativas para atender a demanda dos pais e estudantes – fortalece-se assim, a educação remota.

O Ministério da Educação (MEC) no dia 18 de março de 2020 publicou a Portaria 343 que “dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19”, flexibilizando e incentivando a educação remota no ensino superior. Para Ximenes e Cássio (2020) essa Portaria corre o risco de não ser eficaz, pois remete a legislação em vigor, para um momento singular que não pode ser comparado a situação que vivíamos anteriormente.

A Portaria 343 foi substituída pelas Portarias 345 e 356 que tratam dos cursos da área de saúde. A primeira veta a realização das práticas profissionais de estágios e de laboratórios remotamente, destacando o curso de Medicina e a segunda portaria, sobre a atuação dos alunos dos cursos da área de saúde que estão nos últimos anos, que em caráter excepcional, podem realizar estágios obrigatórios e curriculares no combate à pandemia da COVID-19 (Coronavírus) (BRASIL, 2020).

E em 1 de abril de 2020 foi publicado no Diário Oficial da União, a Medida Provisória nº 934 que estabelece as normas em caráter excepcional em relação a carga horária mínima para o ensino básico e superior. Posteriormente, foi definido para educação básica o cumprimento mínimo de 800 horas para o ano letivo, frente a situação de calamidade de saúde pública no Brasil, ratificado pela Portaria do Conselho Nacional de Educação do dia 28 de abril de 2020.

Contudo, a portaria 343 vem norteando as práticas do ensino superior, especialmente na rede privada, já que na rede pública não existe um consenso para realizar aulas remotas. Por exemplo, as universidades públicas federais e estaduais da Bahia estão com as atividades de ensino suspensas, mas continuam realizando suas atividades de pesquisa com reuniões com os grupos de pesquisa, bolsistas de Iniciação Científica, orientandos de pós-graduação *stricto sensu*, bem como acolhendo os alunos da graduação sempre que possível.

As universidades públicas da Bahia, realizaram no mês de abril pesquisas on-line com professores e estudantes a fim de diagnosticar o acesso destes sujeitos às tecnologias digitais e telemáticas, bem como o nível de letramento para interagir com as plataformas digitais. Tais dados, irão subsidiar as

propostas de retorno as atividades de ensino a médio prazo. É importante ressaltar que a Universidade Estadual de Feira de Santana, vem realizando processos de formação a distância para os docentes a fim, de instrumentalizá-los para as práticas mediadas pelas plataformas digitais.

Segundo o reitor João Carlos Salles dos 30% dos estudantes da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que responderam ao questionário indicado acima, que investigou como os estudantes poderiam acompanhar as atividades remotas, 90% dos que responderam informaram que não precisavam de assistência estudantil.

O reitor ainda destaca que 69% dos alunos da UFBA têm renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio, configurando uma situação de vulnerabilidade. Portanto, a pressa em propor atividades remotas, irá excluir mais ainda os que já são excluídos (TV CULTURA..., 2020). O acesso destes estudantes é predominantemente pela universidade.

Já a USP (2020) orientou a realização das aulas remotas. Em contraponto, nem todos os alunos conseguem acompanhar tal processo. Por exemplo, Larissa Mendes (2020), aluna da Escola Politécnica da USP, no dia 15 de abril, publicou na rede social *Medium* um artigo denominado “USP, infelizmente o EAD não está funcionando para mim”, apontando questões que tenciona o que está sendo discutido neste artigo.

No dia 23 de abril, a Secretaria de Educação da Bahia, realizou por meio do *Youtube*, a Audiência Pública – Pandemia e Atividades Curriculares em Domicílio, Resolução CEE nº 27/2020, contando com 614 pessoas inscritas.

E finalmente, no dia 28 de abril de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE), após um período de consulta pública⁴, emite o parecer que ainda precisa ser homologado, para orientar as atividades não presenciais em todos os níveis de ensino da Educação Infantil até o Ensino Superior, durante a pandemia da COVID-19 (ABRAFI, 2020; BRASIL/CNE, 2020). Os Conselhos estaduais e municipais de educação irão encaminhar os procedimentos sintonizados com o Parecer do CNE, especialmente a reorganização do calendário⁵.

Este artigo, considerando o breve cenário apresentado acima, tem o objetivo de discutir e analisar as orientações das mantenedoras das escolas privadas da educação básica, especialmente na cidade de Salvador para a aprendizagem das crianças durante o distanciamento social. Ressalto, ainda, que os dados apresentados referem-se até 18 de maio de 2020, já que é impossível manter atualizados os dados que sofrem mudanças diárias; outro ponto refere-se ao fato de indicarmos muitas informações produzidas pela mídia, pois as produções com rigor acadêmico estão sendo produzidas sem tempo de investigações com dados empíricos robustos, por conta do momento que estamos vivendo.

O presente capítulo está organizado em três seções e uma conclusão e se propõe a apresentar o contexto da pandemia do Coronavírus, destacando os dados no Brasil, apontando como esta situação vem afetando a educação básica no país.

4 “17 de abril de 2020, o CNE publicou edital de chamamento de consulta pública sobre texto de referência do presente parecer que trata da Reorganização dos Calendários Escolares e a realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de Pandemia da COVID-19”. In: “CNE aprova Parecer com diretrizes para Reorganização dos Calendários Escolares e Realização de Atividades não presenciais pós retorno” (ABRAFI, 2020).

5 Um breve histórico dos documentos emitidos pelos órgãos públicos pode ser consultado em “CNE aprova Parecer com diretrizes para Reorganização dos Calendários Escolares e Realização de Atividades não presenciais pós retorno” (ABRAFI, 2020).

Na segunda seção discute-se a diferença entre educação remota, educação a distância e a mediação tecnológica nos cenários escolares. Assim, objetiva-se esclarecer as confusões conceituais que vêm sendo realizadas por professores, pais, estudantes e órgãos oficiais que legislam o sistema educacional no país.

Na seção denominada O que se faz nas aulas remotas? Discute-se as estratégias que têm sido utilizadas pelas escolas e professores frente a emergência de continuar com as atividades, especialmente na rede privada, já que os familiares pagam por um serviço e querem continuar recebendo-o.

E finalmente nas considerações finais, aqui denominada Crianças, professores e pais: navegando na educação remota, se constitui um chamamento para pensar trilhas frente ao que vem sendo denominado de “novo normal”, já que ainda não é possível delinear propostas definitivas considerando o momento da pandemia.

2 EDUCAÇÃO REMOTA: ENTRE O CONCEITO E A PRÁTICA

A comunidade escolar e os pais em todo o mundo foram surpreendidos pela emergência da pandemia e pelas orientações da Organização Mundial de Saúde (WHO, 2020) que recomendou o isolamento e tratamento dos casos identificados, testes massivos e distanciamento social. Esta última ação atingiu de forma significativa estudantes, pais e professores dos distintos níveis de educação, gerando um sentimento de confusão, dúvidas e angústias frente a necessidade de se manterem em casa e afastados dos espaços escolares e, conseqüentemente, das dinâmicas de interação social que se constituem em um aspecto importante para o desenvolvimento do ser humano, especialmente infantil.

A educação básica vai atender crianças e adolescentes que estão em níveis de desenvolvimentos diferenciados e que por mais que tenham acesso as tecnologias digitais e telemáticas precocemente, o fazem para entretenimento e não para práticas de educação formal (ver capítulo de autoria de Oliveira, nesse livro). Nestas fases de desenvolvimento o *face-to-face* é condição *sine-qua-non* para estes sujeitos, as interações com seus pares e professores para que juntos possam atribuir sentidos aos distintos objetos do conhecimento e produzirem coletivamente em espaços presenciais ainda é uma premissa básica. Embora seja importante criar momentos para interação com as plataformas digitais que podem contribuir para simulação e experimentações de situações de aprendizagem, esse não deve ser o único caminho.

A rede pública, como dito anteriormente, na Bahia não estabeleceu práticas de educação remota, embora na Audiência pública realizada pelo CEE/SEC-Bahia, o professor e conselheiro titular Nildon Pitombo, tenha feito indicações de orientação das atividades que poderiam ser realizadas com os alunos, inclusive sem a mediação do digital. Contudo, não ficou claro o que realmente o conselheiro queria dizer e propor.

A proposta de Educação remota para rede pública na Bahia, pode se constituir em um grande equívoco, pois os estudantes na sua maioria são oriundos de classes sociais mais baixas, sem acesso as tecnologias digitais, vivem em casas que têm pequenos espaços, onde muitas vezes não têm lugar para estudar, e durante o distanciamento os membros das suas famílias também estão em casa no confinamento, gerando muitas vezes situações de stress e violência entre os membros familiares

(MALLOY-DINIZ; COSTA; LOUREIRO; MOREIRA *et al.*, 2020). E, um outro ponto é a dificuldade dos pais em orientar as atividades escolares, considerando o nível de escolaridade familiar, especialmente os pais dos alunos da rede pública. Segundo Bezerra, Silva, Soares e da Silva (2020, p. 6)

Existe uma discussão na mídia e no senso comum que a parcela com menor renda está praticando menos o isolamento social em relação à parcela com maior renda, principalmente em função da necessidade de locomoção para o trabalho, uma vez que a população mais pobre está vinculada a atividades essenciais que não pararam, e a população com maior renda está, de forma geral, mais vinculada às atividades que pararam e/ou estabeleceram o trabalho remoto.

Para além destas questões que são fundamentais, o corpo docente não se sente preparado para assumir as atividades escolares com a mediação das plataformas digitais, seja por conta do nível de letramento digital (ver essa discussão no capítulo de autoria de Oliveira, nesse livro) ou de limitações tecnológicas para acesso a estes artefatos. É importante destacar que desde os anos oitenta o MEC e as secretarias de Educação dos estados realizam programas de formação para interação com as tecnologias, inclusive digitais, a exemplo do Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO) conforme Brasil (1997), mas sem efetividade (COUTINHO, 2017; COUTINHO, 2006) por questões políticas, tecnológicas, infraestrutura física das escolas, entre outras.

Mas a educação remota chegou na rede privada, impondo a professores, pais e estudantes uma outra forma de pensar as atividades pedagógicas. Tais práticas que vem ocorrendo desde 22 de março em algumas escolas e agora, é a palavra de ordem destas instituições que, como dito antes, tem um contrato que regula a situação de pais/estudantes que pagam pela educação dos seus filhos.

Santos (2020), referindo-se a lógica das universidades aponta que as sociedades modernas são reguladas pelo estado, o mercado e a comunidade, reforçando a proletarização produtivista dos professores e a conversão dos estudantes em consumidores de serviços. Estas ideias podem ser aplicadas a relação dos professores/pais/estudantes com os empresários das redes privadas de ensino básico.

Embora estes pais apresentem uma situação econômica e cultural diferente das classes populares, a imersão na proposta tem apresentado também problemas, como por exemplo, imprimir as atividades que são disponibilizadas nos ambientes digitais (as escolas passaram a adotar as estratégias de disponibilizar para os estudantes os materiais impressos. Para tanto, os responsáveis devem apanhá-los no prédio escolar), como os aplicativos específicos das escolas, no *Google Class* (que vem sendo a plataforma mais usada na educação básica e no ensino superior inclusive público, como a Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB⁶).

Ainda, ter computadores já que utilizam os dispositivos móveis para acessar a rede internet; a falta de experiência com a interface das plataformas que vem sendo utilizadas para os encontros virtuais, como *Google Met*, *Teams*, *Zoom*, entre outros; e a dificuldade em mediar as atividades que seguem

⁶ A minha imersão como pesquisadora da área de tecnologia e educação há mais de vinte anos com uma significativa rede de colaboração na rede pública e com interação com pais, professores e estudantes da rede privada permitiram o acesso as informações que serão registradas a partir deste ponto do artigo.

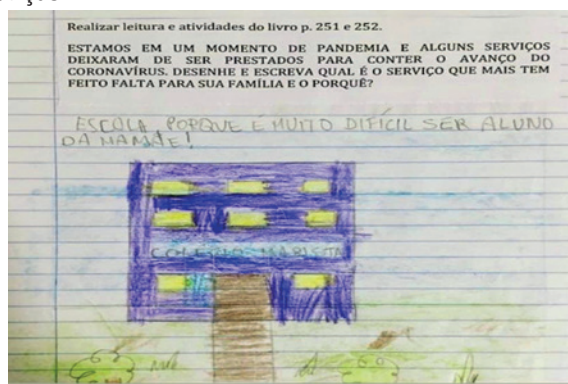
a sequência prevista para as aulas presenciais, exigindo dos pais conhecimento e estratégias para ensinar aos filhos os conteúdos que são cobrados e não ensinados pelos professores.

Muitos dos pais oriundos de classes mais favorecidas, estão realizando trabalhos *home office*, portanto, além de um acompanhamento mais sistemático e contínuo das atividades remotas que os filhos vêm realizando e necessitam, às vezes, da supervisão de um adulto, precisam dá conta das suas próprias demandas profissionais.

Em contraponto a tudo isso, crianças e adolescentes têm resistido a essa rotina, pois acreditam que estão de férias, já que estão em casa, gerando situações de estresse para eles e seus pais; o estresse dos pais que se sentem impotentes frente as situações indicadas acima; ausência muitas vezes de um espaço específico para realizar as tarefas e participar das interações virtuais de forma privada, já que imagina-se que a família está em casa todo o tempo; frustrações especialmente das crianças da educação fundamental I que querem participar e as professoras não conseguem chamar todos os alunos nos encontros virtuais que acontecem diariamente com um tempo médio de 1 hora⁷.

Temos acompanhado nas redes sociais distintas manifestações registradas pelos pais, professores e as vezes crianças se manifestando em relação ao desgaste do processo de educação remota, seja por meio de áudios, vídeos e/ou textos, como os apresentados abaixo na Figura 3.

Figura 3 – Relato de crianças



Fonte: Publicado no Perfil do Instagram de uma pesquisadora da área de Cultura digital.

Na Figura 3 vemos o relato de uma criança, pontuando a dificuldade de sua mãe em acompanhar as atividades exigidas pela escola. Em uma matéria publicada pela BBC (IDOETA, 2020) são registrados relatos de crianças frente as dificuldades que encontram também para interagir com a tecnologia. É interessante destacar que apesar de acreditarmos que as crianças e adolescentes tem expertise para interagir com plataformas digitais por conta das suas interações com jogos e aplicativos (CGI.

⁷ O relato acima vem sendo vivenciado por mim, acompanhando uma criança de 7 anos que está no segundo ano escolar e que mesmo com toda a minha formação e experiência em educação há mais de trinta anos, me sinto impotente e aborrecida quando vejo a angústia desta criança nos encontros virtuais.

BR, 2019a; 2019b), a relação que é estabelecida nesses ambientes para promover a educação remota é bastante diferente e muitas vezes desprazerosa.

Figura 4 – Aula remota pelo *Google Met*



Fonte: Própria

Aqui vemos uma criança de 7 anos, acompanhando pelo smartphone a sua professora, revisando as tarefas indicadas para realizar por meio do livro, usando o *Google Met*.

Figura 5 – Relato de um professor

Caros pais,
 Não se estressem sobre trabalhos escolares. Quando as aulas voltarem, colocaremos seus filhos de volta no caminho. Somos professores e este é nosso superpoder. O que não conseguimos é consertar traumas sociais e emocionais, que atrapalham o aprendizado. Portanto, agora, o que precisamos é que compartilhem sua calma, sua força, sua alegria com seus filhos. Não há crianças avançadas. Não há crianças atrasadas. Seus filhos estão exatamente onde precisam estar. Com amor, Todos os professores do planeta Terra.

Fonte: Publicado no Perfil do Facebook de um professor.

E por fim, um relato de um professor apontando as condições psíquicas as quais estão sujeitos os estudantes e seus pais⁸. É interessante perceber nesse discurso, os múltiplos chapéus que um professor

⁸ No blog do professor Jaime Guimarães, encontramos também um depoimento sobre o momento atual, publicado no dia 14 de abril de 2020, com o título Pandemia e educação a distância: faz de conta e professores estressados.

tem que utilizar, para além da sua expertise na área a que se propõe a ensinar, precisam dá conta de questões que não são da sua atribuição, como por exemplo, serem responsáveis pelo pagamento das suas conexões durante as aulas por meio das plataformas digitais, já que não estão no espaço escolar.

Podemos ver, também, o indicativo do que pode estar acontecendo em muitos lares, os confrontos diários de pais e filhos frente as obrigações escolares que foram potencializadas com a educação remota. O papel dos pais não é ser professor e dos professores não é ser pais.

3 O QUE SE FAZ NAS AULAS REMOTAS?

As estratégias utilizadas nas aulas remotas baseiam-se na correção dos exercícios que foram encaminhados para os pais por meio de exercícios impressos e/ou as páginas indicadas nos livros. Os professores corrigem junto com as crianças, isto é, aquelas que são lembradas e chamadas para participar. Nessa correção os docentes explicam os conceitos apresentados nos exercícios. Como os docentes podem evidenciar a aprendizagem das crianças nesse contexto? Infelizmente, eles não podem!

Os docentes da rede privada não têm opção, podem até discordar desse processo de faz de conta, mas o contrato que rege a sua empregabilidade exige que cumpra a sua carga horária e os empregados continuem cobrando as mensalidades já que oferecem um serviço, mesmo que de forma comprometida e precária. O sentimento de impotência, de não saber o que fazer e como fazer nessas aulas remotas tem sido uma queixa dos professores. Alguns pais insatisfeitos com esta dinâmica, tem optado por suspender o contrato, esperando o retorno às aulas presenciais.

O senso comum nos diz que nunca mais seremos os mesmos, o estilo de vida que tínhamos antes da pandemia e chamávamos de normal, não retornará. E o processo de escolarização dos estudantes de distintos níveis será afetado por esse momento de latência e ao retornar, especialmente aqueles que estão com as aulas remotas, precisarão dá conta de conteúdos que não foram aprendidos, gerando mais uma vez, frustração e insatisfação em todos os envolvidos no processo.

Nesse contexto, temos ainda um outro grupo de excluídos que embora não seja objeto desse artigo, não podemos esquecer de destacar a sua exclusão mais uma vez, isto é, as pessoas que apresentam quaisquer tipos de deficiência que além das questões já pontuadas acima, têm dificuldades diversas que podem comprometer a sua aprendizagem muitas vezes nas dinâmicas presenciais, imagine nas atividades remotas e com todas as variáveis apontadas acima.

Para Santos (2020, p. 21)

A quarentena não só torna mais visíveis, como reforça a injustiça, a discriminação, a exclusão social e o sofrimento imerecido que elas provocam. Acontece que tais assimetrias se tornam mais invisíveis em face do pânico que se apodera dos que não estão habituados a ele.

Diante do atual contexto, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) reúne organizações internacionais governamentais e privadas na tentativa de juntos

buscar alternativas para garantir a continuidade do processo de aprendizagem, por meio da Colisão #AprendizagemNuncaPara. Esta iniciativa visa especialmente:

Ajudar os países na mobilização de recursos e na implementação de soluções inovadoras e adequadas ao contexto para fornecer educação a distância, utilizando abordagens de baixa e alta tecnologia, ou mesmo sem nenhuma tecnologia;

Buscar soluções equitativas e acesso universal;

Assegurar respostas coordenadas e evitar a duplicação de esforços;

Facilitar o retorno de estudantes às escolas quando estas reabrirem, para evitar um aumento nas taxas de abandono (UNESCO, 2020).

Empresas como *Facebook*, *Google*, por exemplo já se colocaram disponíveis para participar e colaborar, porém a garantia da privacidade dos dados dos estudantes, dos professores tem que ser preservadas. Portanto, um aspecto que deve ser honrado por estes grandes conglomerados que já possuem o controle dos dados da população mundial por conta do acesso as suas plataformas. Quiçá essa ação possa de forma efetiva garantir a todos independente das diferenças sociais, econômicas e culturais um retorno seguro, sustentável e com qualidade para os sujeitos do processo de ensinar e aprender.

4 TEMPOS DISRUPTIVOS E SUAS BARREIRAS

A disruptividade provocada pela pandemia do Coronavírus evidenciou, destacadamente, para países que apresentam percentuais significativos de pobreza e desigualdade social acirradas, como o Brasil, as barreiras físicas, culturais, econômicas e tecnológicas que estruturam a sociedade, dando visibilidade a aqueles que eram considerados invisíveis e muitas vezes esquecidos. Essa parcela da população vem sendo muito afetada especialmente no que se refere às questões relacionadas a sobrevivência durante esse período. Para essa população muitas vezes, a educação não é uma prioridade, sobretudo nesse momento.

Mas a achatada classe média que tem seus filhos na rede privada de ensino também está sendo afetada por essa disruptividade e tem medos desde manter o emprego e o padrão de vida antes da pandemia até o déficit escolar que seus filhos terão ao fim do distanciamento social, constatados diariamente por meio das aulas remotas.

Os professores também reféns dos seus empregadores vivem com medo desde as questões financeiras (cortes de salário, demissões etc.), que será feito quando retornarem as salas de aula e o que fazer nos encontros remotos para assegurar a participação e audiência dos estudantes. Nesse contexto volta a rondar no imaginário dos docentes o equívoco de que serão substituídos pelas tecnologias, sobretudo quando são surpreendidos pela notícia de que as faculdades da Rede Laureate estão substituindo os docentes por *boots* para revisar e corrigir os textos enviados pelos alunos (DOMENICI, 2020). Esta prática era desconhecida por parte dos estudantes. Outro discurso que vem pairando durante esse momento é a confusão conceitual entre o que é educação a distância, educação remota e mediação tecnológica nas aulas presenciais.

A modalidade de Educação a Distância cresce no Brasil a partir dos anos 2000 (BRASIL, 1996), mas sem garantir a qualidade do processo de ensino aprendizagem mesmo 20 anos depois. A perspectiva ainda caracteriza uma prática fordista, com baixo nível de interatividade nas atividades e estratégias pedagógicas, centrando-se na leitura dos *pdf* e discussão nos fóruns de forma aligeiradas e no último momento, antes das atividades encerrarem. A minha experiência como pesquisadora e tendo tido vivências, inclusive recentes (2018), em práticas docentes em curso a distância, inclusive em nível de especialização *Lato sensu*, permite fazer essas análises, constatadas pelo perfil dos alunos que durante as disciplinas deixam sempre para o último momento para participar e realizar as atividades (ALVES; LAGO; NOVA, 2003; ALVES; MOREIRA, 2017). O que foi aprendido? Questão que vem sendo investigada e discutida ao longo dos últimos 20 anos.

As práticas de educação remota cresceram no mundo todo por conta da pandemia e se caracterizam por atividades mediadas por plataformas digitais assíncronas e síncronas, com encontros frequentes durante a semana, seguindo o cronograma das atividades presenciais realizadas antes do distanciamento imposto pela pandemia.

Na educação remota predomina uma adaptação temporária das metodologias utilizadas no regime presencial, com as aulas sendo realizadas nos mesmos horários e com os professores responsáveis pelas disciplinas dos cursos presenciais, como dito anteriormente. Estes professores estão tendo que customizar os materiais para realização das atividades, criando *slides*, vídeos, entre outros recursos para ajudar os alunos na compreensão e participação das atividades. Contudo, nem sempre a qualidade destes materiais atende aos objetivos desejados.

Assim, enquanto a modalidade a distância é regida pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), conforme Brasil (1996) e suas portarias, o ensino remoto foi uma alternativa temporária para o momento de pandemia que estamos vivendo. Os cursos à distância para serem realizados tiveram uma autorização prévia do MEC para esta modalidade de ensino, a partir do projeto encaminhado e avaliado pelas instâncias envolvidas e todas as práticas a distância se mantêm durante todo o curso, tendo um tutor que dá suporte aos alunos, com realizações previamente agendadas de avaliações nos polos vinculados ao curso.

Nestes cursos não existe uma obrigatoriedade de atividades síncronas nos Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), os alunos têm uma flexibilidade para participar e realizar as atividades, exigindo a produção de materiais qualificados e produzidos previamente. Outro ponto a destacar é que esta modalidade pode não se aplicar a todos os cursos. Por exemplo, os da área de saúde.

E, finalmente, a mediação das tecnologias nas práticas de ensino presencial que são usadas para ampliar os espaços de interação para além das salas de aula físicas, para estimular uma aprendizagem por meio de plataformas digitais, para contribuir com o letramento digital, entre outros objetivos. Neste caso, o professor realiza as aulas presencialmente, mas cria um fórum, um *blog*, um perfil em uma rede social e/ou usa um AVA para disponibilizar textos, criar discussões etc., mas os alunos nem sempre têm obrigatoriedade de participar.

Em qualquer uma dessas possibilidades, a tecnologia pode ser compreendida como mero recurso didático, utilizada como meio para atingir um determinado objetivo, como repositórios de textos, para animar e tornar as “aulas” mais interessantes e se aproximar do universo digital dos seus estudantes.

Tal perspectiva pode ser útil, mas não contribui para aprendizagem e práticas colaborativas entre os sujeitos do processo de ensinar e aprender.

Há 24 anos Pretto (1996) nos apresentou uma crítica à perspectiva instrumental da presença das tecnologias na educação, apontando um olhar diferenciado. Para o autor as tecnologias podem atuar como estruturantes do processo de ensinar e aprender, indo além de uma concepção utilitarista (PRETTO, 2017). Contudo, ainda não foi possível evidenciar um avanço em torno desta compreensão, predomina o uso como mero recurso didático.

Tal perspectiva sinaliza que as tecnologias podem se constituir em espaços ricos de significados, de aprendizagem. Âmbitos semióticos que favorecem e estimulam os estudantes a compreender os distintos objetos de aprendizagem, interagindo com eles, questionando, simulando, refletindo, compartilhando com seus pares seus achados, sentindo-se parte do processo. As tecnologias digitais podem contribuir para dá voz aos nossos estudantes, tornando-os protagonistas do processo, atores e autores do seu percurso de aprendizagem (ALVES, 2016).

5 CRIANÇAS, PROFESSORES E PAIS: NAVEGANDO NA EDUCAÇÃO REMOTA

As questões que tencionam a educação, especialmente a Educação básica destacada neste artigo não são recentes tanto para a rede pública como para a privada, mas foram acirradas frente a emergência da pandemia da COVID-19 que nos tirou da nossa vida e rotina, nos enclausurando em casa, com restrições de contato social. Distintos setores foram atingidos e incluindo as escolas que para os seus estudantes é vista como um importante espaço de socialização e intercâmbio entre seus pares. O contexto aqui apresentado torna-se preocupante, pois mais uma vez, o processo que deveria ser prazeroso e rico, torna-se estressante, desgastante e frustrante para os sujeitos do processo de ensinar e aprender, incluindo nessa situação singular, os seus pais.

No momento não existem opções e respostas para reverter o quadro apresentado, mas podemos apontar trilhas que já vêm sendo realizadas, como por exemplo, estabelecer férias escolares/acadêmicas com fez Nova Zelândia ou a suspensão das aulas como Nova York fez (UOL, 2020), ou ainda realizar processos de formação para os professores a fim de que aprendam a interagir com as plataformas digitais e pensar como propor atividades que engajem os seus estudantes, diminuindo o nível de estresse aos quais estão sendo acometidos e evitando transferir a responsabilidade da dinâmica do processo de ensino e aprendizagem.

E como engajá-los? Uma certeza nós temos, não é passando e corrigindo tarefas, usando uma plataforma como o *Google Met*, por exemplo, que vamos motivar os nossos estudantes nesse momento de confusão e incerteza. As atividades devem desafiar os alunos para que possam criar, se autorizar, participar e interagir com seus professores e pares, pensando e discutindo o momento que estão vivendo, escutando-os. As práticas docentes que vêm sendo realizadas reproduzem o que tem de pior nas aulas presenciais, utilizando um modelo de interação *broadcasting*, no qual os professores transmitem informações e orientações para um grupo de alunos que nem sempre conseguem acompanhar

o que está acontecendo nesses encontros virtuais e participar. Esse é um clássico exemplo de uma perspectiva instrumental da tecnologia.

O contexto atual pode trazer consequências muito negativas para a relação que os estudantes estabelecem com a escola e com os seus professores e não temos respostas e saídas imediatas para solucionar o problema, mas podemos juntos aproveitar esse momento para criar um grande fórum de debates para discutir as trilhas que podem ser construídas para pensar uma processo educacional de qualidade seja na rede pública e privada para o pós-COVID-19, delineando uma perspectiva educacional que possibilitem aos professores e estudantes discutirem juntos estratégias que viabilizem uma discussão crítica do momento que estamos vivendo, analisando as consequências para vida da pessoas nos distintos pontos do mapa, bem como com proposições de como ensinar para uma geração que interagem com as tecnologias digitais para se comunicar, entre ter e prazer.

REFERÊNCIAS

ABRAFI – Associação Brasileira das Mantenedoras de Faculdades. **CNE aprova parecer com diretrizes para reorganização dos calendários escolares e realização de atividades não presenciais pós retorno.** Publicado em 28 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.abrafi.org.br/index.php/site/noticiasnovo/ver/3214>. Acesso em: 5 maio 2020.

ALVES, L. R. G.. Práticas inventivas na interação com as tecnologias digitais e telemáticas: o caso do Gamebook Guardiões da Floresta. **Revista de Educação Pública**, v. 25, p. 574-593, 2016.

ALVES, L. R. G.; LAGO, A.; NOVA, C. C. Educação a distância e comunicação interativa. *In*: ALVES, Lynn; NOVA, Cristiane (org.). **Educação e tecnologia: trilhando caminhos**. V. 1. Salvador: Uneb, 2003. p. 11-34.

ALVES, L. R. G.; MOREIRA, J. A. (org.). **Tecnologias e aprendizagens: delineando novos espaços de interação**. V. 1. Salvador: Editora da UFBA, 2017. 253 p.

BEZERRA, Anselmo César Vasconcelos; DA Silva, Carlos Eduardo Menezes; SOARES, Fernando Ramalho Gameleira; SILVA, José Alexandre Meneses da; Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia da COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**. Pré-print, Manuscript ID CSC – 2020-1079

BRASIL bate novo recorde de mortes por covid-19 em um dia. **Brasil ao minuto**, 28 abril 2020. Disponível em: https://www.noticiasao minuto.com.br/brasil/1414593/brasil-bate-novo-recorde-de-mortes-por-covid-19-em-um-dia?utm_medium=email&utm_source=gekko&utm_campaign=afternoon. Acesso em: 29 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 343**, de 17 de março de 2020. Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 356**, de 20 de março de 2020. Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Medida Provisória nº 934**, de 1 de abril de 2020. Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 473**, de 12 de maio de 2020. Brasília, DF, 2020

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Proposta de parecer sobre reorganização dos calendários escolares e realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia da COVID-19**. 28 de abril de 2020. Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO). **Diretrizes**. Brasília: junho de 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394/96** de 20 de dezembro de 1996, LDB – Lei de Diretrizes e Bases.

CEE Bahia. **Audiência Pública** - Pandemia e Atividades Curriculares em Domicílio. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I3W3Q1Jp2AE>. Acesso em: 30 abr. 2020.

CGI.BR. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros**: TIC DOMICÍLIOS 2018. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019a. Disponível em: <http://twixar.me/DhIt>. Acesso em: 28 dez. 2019.

CGI.BR. **Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Escolas Brasileiras**: TIC EDUCAÇÃO 2018. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019b. Disponível em: <http://twixar.me/FhIt>. Acesso em: 28 dez. 2019.

CORONAVÍRUS: Lockdown em Salvador é o próximo passo, diz prefeito ACM Neto. **O TEMPO**, 7 maio 2020. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/brasil/coronavirus-lockdown-em-salvador-e-o-proximo-passo-diz-prefeito-acm-neto-1.2334449> . Acesso em: 7 maio 2020.

COUTINHO, Maria Sigmar. **Contextualizações e recontextualizações nas políticas de TIC e Educação**: um estudo sobre o Proinfo Integrado nos NTM da Bahia. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2017.

COUTINHO, Maria Sigmar. **Uma análise crítica sobre as políticas públicas de TIC e Educação**: a concretização nos NTEs em Salvador – Bahia. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Salvador, 2006.

DOMENICI, Thiago. **Faculdades da Laureate substituem professores por robô sem que alunos saibam.** 2 maio de 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/faculdades-da-laureate-substituem-professores-por-robo-sem-que-alunos-saibam.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa Acesso em: 5 maio 2020.

GOMES, Helton. Como o Google quer fazer você esquecer do Zoom para videoconferências. **Tilte Uol**, 29 abril 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/04/29/como-o-google-quer-fazer-voce-esquecer-do-zoom-para-fazer-videoconferencias.htm>. Acesso em: 30 abr. 2020.

GUIMARÃES, Jaime. **Pandemia e educação a distância: faz de conta e professores estressados.** 14 abril 2020. Disponível em: <https://grooeland.blogspot.com/2020/04/pandemia-e-educacao-distancia-faz-de.html?m=1>. Acesso em: 5 maio 2020.

IDOETA, Paula Adamo. **Os desafios e potenciais da educação à distância, adotada às pressas em meio à quarentena.** 17 abril de 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/Myk24p1>. Acesso em: 5 maio 2020.

LAPA, A. B.; PRETTO, Nelson de Luca. **Inovar para a qualidade na educação digital.** V. 6. Lisboa, Portuga, Universidade Aberta, 2019. 121 p.

LUCHESE, Bette. RJ avalia 'lockdown' caso curva de casos de Covid siga sem controle e a população fure o isolamento. **G1**, 29 abril 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/04/29/governo-avalia-medidas-mais-rigidas-como-proibicao-de-circulacao-nas-ruas.ghtml>. Acesso em: 2 maio 2020.

MALLOY-DINIZ, Leandro; COSTA, Danielle; LOUREIRO, Fabiano; MOREIRA, Lafaiete; SILVEIRA, Brenda; SADI, Herika; Souza, Tércio; SOARES, Antônio; MENDES, Larissa. **USP, infelizmente o EAD não está funcionando pra mim.** 14 abril 2020. Disponível em: <https://medium.com/@larissa.mendes.silva/usp-infelizmente-o-ead-n%C3%A3o-est%C3%A1-funcionando-pra-mim-a1f5d68d03da>. Acesso em: 2 maio 2020.

NICOLATO, Rodrigo; Paula, Jonas Jardim de; MIRANDA, Débora; PINHEIRO, Mayra; CRUZ, Roberto; SILVA, Antônio. Saúde mental na pandemia de COVID-19: considerações práticas multidisciplinares sobre cognição, emoção e comportamento. **Debates em psiquiatria** – ahead em print, p. 2-24, 2020.

PRESSE, France. Unesco: metade dos estudantes do mundo sem aulas por conta da Covid-19. **G1**, 18 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/03/18/unesco-metade-dos-estudantes-do-mundo-sem-aulas-por-conta-da-covid-19.ghtml>. Acesso em:

PRETTO, Nelson de Luca. **Educações, culturas e hackers:** escritos e reflexões. Salvador, Bahia: EDUFBA, 2017. 220 p.

PRETTO, Nelson de Luca. **Uma escola com/sem futuro** - educação e multimídia. 9. ed. Salvador/Bahia: Edufba, 2013. 258 p.

RAHAL, Marcela. Secretário de Saúde admite possibilidade de lockdown em SP sob ‘catástrofe’. **CNN Brasil**, 1 maio 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/05/01/secretario-de-saude-admite-possibilidade-de-lockdown-em-sp-sob-catastrofe>. Acesso em: 2 maio 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, S/A, 2020

TV CULTURA e o Instituto de Estudos Avançados da Unicamp. Conversas na Crise – Depois do Futuro | Paulo Markun recebe João Carlos Salles. **Youtube**, 13 de maio de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IY_IGaEk0W8&feature=youtu.be. Acesso 13 maio 2020.

UNICEF diz que 154 milhões estão sem aulas na América Latina e Caribe devido ao coronavírus e alerta para risco de abandono escolar. **G1**, 23 abril 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/03/23/unicef-diz-que-154-milhoes-estao-sem-aulas-na-america-latina-e-caribe-devido-ao-coronavirus-e-alerta-para-risco-de-abandono-escolar.ghtml>. Acesso em: 29 abr. 2020.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **A UNESCO reúne organizações internacionais, sociedade civil e parceiros do setor privado em uma ampla coalizão para garantir a #AprendizagemNuncaPara**. Publicado em 26 mar. 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/unesco-reune-organizacoes-internacionais-sociedade-civil-e-parceiros-do-setor-privado-em-uma>. Acesso em: 5 maio 2020

VADE MECUM DO COVID-19 – **Leis e Portarias**. Brasil, 27 de abril de 2020.

UOL. **Coronavírus**: escolas estaduais de Nova York ficarão fechadas até fim do ano letivo. 1 de maio de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/05/01/escolas-de-nova-york-ficaram-fechadas-ate-o-final-do-ano-letivo.htm>. Acesso em: 5 maio 2020.

USP oferece subsídios para que estudantes mantenham atividades a distância. **Jornal da USP**, 7 abril 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/usp-oferece-subsidios-a-estudantes-sem-equipamentos-para-atividades-a-distancia/> Acesso em: 2 maio 2020.

XIMENES, Salomão; FERNANDO, Cássio. **Coronavírus e a “volta às aulas”**. 31 de mar. 2020. Disponível na URL: <https://diplomatie.org.br/coronavirus-e-a-volta-as-aulas/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

WATSON, Fiona. Covid 19 coronavirus: Fiona Watson - How to homeschool in lockdown. NZ Herald, 29 abril 2020. Disponível em: https://www.nzherald.co.nz/lifestyle/news/article.cfm?c_id=6&objectid=12328088. Acesso em: 5 maio 2020.

WHO - WORLD HEALTH ORGANISATION. Rolling updates on coronavirus disease (COVID-19) 2020. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/events-as-they-happen>. Acesso em: 2 maio 2020.

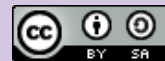
Recebido em: 20 de Maio de 2020

Avaliado em: 28 de Setembro de 2020

Aceito em: 10 de Setembro de 2021



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilhaigual CC BY-SA

1 Pós-doutora em jogos digitais e aprendizagem pela Universidade de Turim; Professora do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da UFBA.
E-mail: lynnalves@gmail.com

